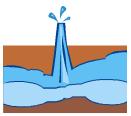
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

○ CPRM - SERVIÇO G EOLÓ GIC O DO BR ASIL PROD EM - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DOS ESTADOS EMUNCÍROS



PROJETO CADASTRO DE FONTES DE ABASTECIMENTO POR ÁGUA SUBTERRÂNEA

RIO GRANDE DO NORTE



DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO DE RIACHO DA CRUZ





Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral

> Secretaria de De senvolvimento Ener gético Ministério de Minas e Energia



Setembro/2005

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA Silas Rondeau Cavalcante Silva Ministro de Estado

SECRETARIA EXECUTIVA Nelson José Hubner Moreira Secretário Executivo

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO Márcio Pereira Zimmermam Secretário SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL Cláudio Scliar Secretário

PROGRAMA LUZ PARA TODOS

Auréio Pavão

Diretor

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ENERG ÉTICO DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS PRODEEM Luiz Carlos Vieira Diretor SERVI CO GEOL ÓGICO DO BRASIL - CPRM

Agamenon Sérgio Lucas Dantas Diretor-Presidente

José Ribeiro Mendes Diretor de Hidrologia e Gestão Territorial

Manoel Barretto da Rocha Neto Diretor de Geologia e Recursos Minerais

Ávaro Rogério Alencar Silva Diretor de Administração e Finanças

Fernando Pereira de Carvalho Diretor de Relações Institucionais e Desenvolvimento

Frederico Cláudio Peixinho
Chefe do Departamento de Hidrologia

Fernando Antonio Carneiro Feitosa Chefe da Divisão de Hidrogeologia e Exploração

Ivanaldo Vieira Gomes da Costa Superintendente Regional de Salvador

José Wilson de Castro Temáteo Superintendente Regional de Recife

Hábio Pereira
Superintendente Regional de Belo Horizonte

Darlan Filgueira Maciel Chefe da Residência de Fortaleza

Francisco Batista Teixeira Chefe da Residência Especial de Teresina Ministério de Minas e Energia
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético
Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral
Programa Luz Para Todos
Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Muniá pios - PRODEEM
Serviço Geológico do Brasil - CPRM
Diretoria de Hidrologia e Gestão Territorial

PROJETO CADASTRO DE FONTES DE ABASTECIMENTO POR ÁGUA SUBTERRÂNEA ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

DIAGNÓSTICO DO MUNIÓ PIO DE RIACHO DA CRUZ

ORGANIZAÇÃO DO TEXTO

Breno Augusto Beltrão
Dunaldson Eliezer G. A. da Rocha
João de Castro Mascarenhas
Luiz Carlos de Souza Junior
Saulo de Tarso Monteiro Pires
Valded lio Galvão Duarte de Carvalho

Recife Setembro/2005

COORDENA ÇÃO GERAL

Frederico Claudio Peixinho - DEHID

COORDENA ÇÃO TÉCNICA

Fernando Antônio C. Feitosa - DIHEXP

COORDENA ÇÃO ADMINISTRATIVO-**FINANCEIRA**

JoséEmílio C. de Oliveira - DIHEXP

APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO Sara Maria Pinotti Benvenuti-DIHEXP

COORDENA ÇÃO REGIONAL

Jaime Quintas dos S. Colares - REFO Francisco C. Lages C. Filho - RESTE João Alfredo C. L. Neves - SUREG-RE João de Castro Mascarenhas - SUREG-RE Jos é Alberto Ribeiro - REFO José Carlos da Silva - SUREG-RE Luiz Fernando C. Bomfim - SUREG-SA Oderson A. de Souza Filho - REFO

EQUIPE TÉCNICA DE CAMPO

SUREG-RE

Ari Teixeira de Oliveira Breno Augusto Beltrão Cícero Alves Ferreira Cristiano de Andrade Amaral Dunaldson Eliezer G. A. da Rocha Franklin de Moraes Frederico José Campelo de Souza Jardo Caetano dos Santos João de Castro Mascarenhas Jorge Luiz Fortunato de Miranda José Wilson de Castro Temoteo Luiz Carlos de Souza Júnior Manoel Julio da Trindade G. Galvão Saulo de Tarso Monteiro Pires Ségio Monthezuma Santoianni Guerra Simeones Néri Pereira Valdecílio Galvão Duarte de Carvalho Vanildo Almeida Mendes

SUREG-SA

Edmilson de Souza Rosas Edvaldo Lima Mota Hermínio Brasil Vilaverde Lopes João Cardoso Ribeiro M. Filho Jos é Cláudio Viegas Luis Henrique Monteiro Pereira Pedro Antônio de Almeida Couto Vânia Passos Borges

SUREG-BH

Angélica Garcia Soares Eduardo Jorge Machado Simões Ely Soares de Oliveira Haroldo Santos Viana Reynaldo Murilo D. Alves de Brito

REFO

Ân gelo Trévia Vieira Felicíssimo Melo Francisco Alves Pessoa Jáder Parente Filho Jos é Roberto de Carvalho Gomes Liano Silva Veríssimo Luiz da Silva Coelho Robério B ato de Aguiar

RESTE

Antonio Reinaldo Soares Filho Carlos Antônio Luz Cipriano Gomes Oliveira Heinz Alfredo Trein Ney Gonzaga de Souza

EM DESTAQUE

Almir Ara ýo Pacheco- SUREG-BE Ana Cláudia Vieiro -SUREG-PA Bráulio Robério Caye - SUREG-PA
Carlos J. B. Aguiar - SUREG-MA
Geraldo de B. Pimentel – SUREG-PA
Paulo Pontes Ara yo – SUREG-BE Tomás Edson Vasconcelos - SUREG-GO

RECENSEADORES

Acácio Ferreira Júnior Adriana de Jesus Felipe Alerson Falieri Suarez Almir Gomes Freire -CPRM Ângela Aparecida Pezzuti Antonio Celso R. de Melo - CPRM Antonio Edílson Pereira de Souza Antonio Jean Fontenele Menezes Antonio Manoel Marciano Souza Antonio Marques Honorato Armando Arruda C. Filho - CPRM Carlos A. Gées de Almeida - CPRM Celso Viana Marciel Cícero Renéde Souza Barbosa Cláudio Marcio Fonseca Vilhena Claudionor de Figueiredo Cleiton Pierre da Silva Viana Cristiano Alves da Silva Edivaldo Fateicha - CPRM Eduardo Benevides de Freitas Eduardo Fortes Crisóstomos Eliomar Coutinho Barreto Emanuelly de Almeida Le ão Emerson Garret Menor Emicles Pereira C. de Souza Érika Peconnick Ventura Erval Manoel Linden - CPRM Ewerton Torres de Melo Fábio de Andrade Lima Fábio de Souza Pereira Fábio Luiz Santos Faria Francisco Augusto A. Lima Francisco Edson Alves Rodrigues Francisco Ivanir Medeiros da Silva Francisco José Vasconcelos Souza Francisco Lima Aguiar Junior Francisco Pereira da Silva - CPRM Frederico Antonio Araűo Meneses Geancarlo da Costa Viana Genivaldo Ferreira de Ara ýo Gustavo Lira Meyer Haroldo Brito de Sá Henrique Cristiano C. Alencar Jamile de Souza Ferreira Jaqueline Almeida de Souza Jefté Rocha Holanda João Carlos Fernandes Cunha João Luis Alves da Silva Joelza de Lima Enéas Jorge Hamilton Quidute Goes Jos é Carlos Lopes - CPRM Joselito Santiago Lima Josemar Moura Bezerril Junior Julio Vale de Oliveira Kênia Nogueira Di ágenes Marcos Auréio C. de Gás Filho Matheus Medeiros Mendes Carneiro Michel Pinheiro Rocha Narcelya da Silva Ara ýo Nicácia Débora da Silva Oscar Rodrigues Acioly Júnior Paula Francinete da Silveira Baia Paulo Eduardo Melo Costa Paulo Fernando Rodrigues Galindo Pedro Hermano Barreto Magalh ães Raimundo Correa da Silva Neto Ramiro Francisco Bezerra Santos Raul Frota Gonçalves

Saulo Moreira de Andrade -CPRM Sérvulo Fernandez Cunha Thiago de Menezes Freire Valdirene Carneiro Albuquerque Vicente Calixto Duarte Neto - CPRM Vilmar Souza Leal -CPRM Wagner Ricardo R. de Alkimim Walter Lopes de Moraes Junior

TEXTO

ORGANIZA ÇÃO

Breno Augusto Beltrão Dunaldson Eliezer G. A. da Rocha João de Castro Mascarenhas Luiz Carlos de Souza Junior Saulo de Tarso Monteiro Pires Valdecílio Galvão Duarte de Carvalho

CARACTERIZAÇÃO DO MUNICIPIO E DIAGN ÓSTICO DOS PO ÇOS CADASTRADOS

Breno Augusto Beltrão Dunaldson Eliezer G. A. da Rocha João de Castro Mascarenhas Luiz Carlos de Souza Júnior Saulo de Tarso Monteiro Pires Valdecílio Galvão Duarte de Carvalho

ASPECTOS SOCIOECON ÓMICOS

Breno Augusto Beltrão

FIGURAS ILUSTRATIVAS

Aloízio da Silva Leal Fabiane de Andrade Lima Amorim Albino Jaqueline Pontes de Lima Núbia Chaves Guerra Waldir Duarte Costa Filho

MAPAS DE PONTOS D'ÁGUA

Robson de Carlo Silva Fabiane de Andrade Lima Amorim Albino

BANCO DE DADOS

Desenvolvimento dos Sistemas

Josias Barbosa de Lima Ricardo César Bustillos Villafan

Coordenação

Francisco Edson Mendonça Gomes

Administra ção

Eriveldo da Silva Mendonça

EDITORA ÇÃO ELETR ÔNICA

Aline Oliveira de Lima Fabiane de Andrade Lima Amorim Albino Jaqueline Pontes de Lima

SUPORTE TÉCNICO DE EDITORA ÇÃO

Claudio Scheid Jos é Pessoa Veiga Junior Manoel Júlio da T. Gomes Galvão

ANALISTA DE INFORMAÇÕES

Dalvanise da Rocha S. Bezerril

CPRM - Serviç o Geoló gico do Brasil

Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. Diagnó stico do municí pio de Riacho da Cruz, estado do Rio Grande do Norte / Organizado [por] Joã o de Castro Mascarenhas, Breno Augusto Belitão, Luiz Carlos de Souza Junior, Saulo de Tarso Monteiro Pires, Dunaldson Eliezer Guedes Alcoforado da Rocha, Valded lio Galvão Duarte de Carvalho. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

11 p. + anexos

"Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea, estado do Rio Grande

Hidrogeologia – Rio Grande do Norte - Cadastros.
 Água subterrânea – Rio Grande do Norte - Cadastros.
 I. Mascarenhas, João de Castro org. II. Beltrão, Breno Augusto org. III. Souza Júnior, Luiz Carlos de org. IV. Pires, Saulo de Tarso Monteiro org. V. Rocha, Dunaldson Eliezer Guedes Alcoforado da org. VI. Carvalho, Valded lio Galvão Duarte de org. VII. Ti tulo.

A CPRM – Serviço Geológico do Brasil, cuja missão é gerar e difundir conhecimento geológico e hidrológico básico para o desenvolvimento sustentável do Brasil, desenvolve no Nordeste brasileiro, para o Ministério de Minas e Energia, ações visando o aumento da oferta hí drica, que estão inseridas no Programa de Água Subterrânea para a Região Nordeste, em sintonia com os programas do governo federal.

Executado por intermédio da Diretoria de Hidrologia e Gestão Territorial, desde o iní cio o programa é orientado para uma filosofia de trabalho participativa e interdisciplinar e, atualmente, para fomentar ações direcionadas para inclusão social e redução das desigualdades sociais, priorizando ações integradas com outras instituições, visando assegurar a ampliação dos recursos naturais e, em particular, dos recursos hí dricos subterrâneos, de forma compatí vel com as demandas da região nordestina.

É neste contexto que está sendo executado o Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea, localizado no semi-árido do Nordeste, que engloba os estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraí ba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, norte de Minas Gerais e do Espí rito Santo. Embora com múltiplas finalidades, este projeto visa atender diretamente as necessidades do PRODEEM, no que se refere à indicação de poços tubulares em condições de receber sistemas de bombeamento por energia solar.

Assim, esta contribuição técnica de significado alcance social do Ministério de Minas e Energia, em parceria com a Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral e com o Serviço Geológico do Brasil, servirá para dar suporte aos programas de desenvolvimento da região, com informações consistentes e atualizadas e, sobretudo, dará subsí dios ao Programa Fome Zero, no tocante às ações efetivas para o abastecimento público e ao combate à fome das comunidades sertanejas do semi-árido nordestino.

José Ribeiro Mendes Diretor de Hidrologia e Gestão Territorial CPRM – Serviço Geológico do Brasil

SUMÁ RIO

APRESENTAÇÃO	
1. INTRODUÇÃO	1
2. ÁREA DE ABRANGÊNCIA	1
3. METODOLOGIA	2
4. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍ PIO DE RIACHO DA CRUZ	2
 4.1 - LOCALIZAÇÃO E ACESSO 4.2 - ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS 4.3 - ASPECTOS FISIOGRÁFICOS 4.4 - GEOLOGIA 	3 3 5
5. RECURSOS HÍ DRICOS	ŧ
5.1 - ÁGUAS SUPERFICIAIS5.2 - ÁGUAS SUBTERRÂNEAS	ţ
5.2.1 - DOMÍ NIOS HIDROGEOLÓGICOS	(
6. DIAGNÓSTICO DOS POÇOS CADASTRADOS	(
6.1 - ASPECTOS QUALITATIVOS	Ç
7. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	10
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	11
ANEXOS	
1 - PLANILHAS DE DADOS DAS FONTES DE ABASTECIMENTO	
2 - MAPA DE PONTOS DE ÁGUA	
3 - ARQUIVO DIGITAL - CD ROM	

1. INTRODU ÇÃO

O Polígono das Secas apresenta um regime pluviom étrico marcado por extrema irregularidade de chuvas, no tempo e no espaço. Nesse cen ário, a escassez de água constitui um forte entrave ao desenvolvimento socioecon ômico e, até mesmo, à subsistência da população. A ocorrência cíclica das secas e seus efeitos catastráticos são por demais conhecidos e remontam aos primádios da histária do Brasil.

Esse quadro de escassez poderia ser modificado em determinadas regiões, através de uma gestão integrada dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos. Entretanto, a carência de estudos de abrangência regional, fundamentais para a avaliação da ocorrência e da potencialidade desses recursos, reduz substancialmente as possibilidades de seu manejo, inviabilizando uma gestão eficiente. Além disso, as decisões sobre a implementação de ações de convivência com a seca exigem o conhecimento básico sobre a localização, caracterização e disponibilidade das fontes de áqua superficiais e subterrâneas.

Para um efetivo gerenciamento dos recursos hídricos, principalmente num contexto emergencial, como é o caso das secas, merece atenção a utilização das fontes de abastecimento de água subterrânea, pois esse recurso pode tornar-se significativo no suprimento hídrico da população e dos rebanhos. Neste sentido, um fato preocupante é o desconhecimento generalizado, em todos os setores, tanto do número quanto da situação das captações existentes, fato este agravado quando se observa a grande quantidade de captações de água subterrânea no semi-árido, principalmente em rochas cristalinas, desativadas e/ou abandonadas por problemas de pequena monta, em muitos casos passíveis de serem solucionados com ações corretivas de baixo custo.

Para suprir as necessidades das instituições e demais segmentos da sociedade atuantes na região nordestina, no atendimento à população quanto à garantia de oferta hídrica, principalmente nos momentos críticos de estiagem, a CPRM está executando o *Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea* em consonância com as diretrizes do Governo Federal e dos prop ésitos apresentados pelo Ministério de Minas e Energia.

Este Projeto tem como objetivo a realização do cadastro de todos os pogos tubulares, pogos amazonas representativos e fontes naturais, em uma área de 722.000 km² da região Nordeste do Brasil, excetuando-se as áreas urbanas das regiões metropolitanas.

2. ÁREA DE ABRANGÊNCIA

A área de abrangência do projeto de cadastramento (figura 1) estende-se pelos estados do Piauí, Ceará Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo.



Figura 1 – Área de abrangência do Projeto

3. METODOLOGIA

O planejamento operacional para a realização desse projeto teve como base a experiência da CPRM nos projetos de cadastramento de poços dos estados do Ceará e Sergipe, executados com sucesso em 1998 e 2001, respectivamente.

Os trabalhos de campo foram executados por microrregião, com áreas variando de 15.000 a 25.000 km². Cada área foi levantada por uma equipe coordenada por dois técnicos da CPRM e composta, em média, de seis recenseadores, na maioria estudantes de nível superior dos cursos de Geologia e Geografia, selecionados e treinados pela CPRM.

O trabalho contemplou o cadastramento das fontes de abastecimento por água subterrânea (po ço tubular, po ço escavado e fonte natural), com determinação das coordenadas geográficas pelo uso do Global Positioning System (GPS) e obtenção de todas as informações passíveis de serem coletadas através de uma visita técnica (caracterização do poço, instalações, situação da captação, dados operacionais, qualidade da água, uso da água e aspectos ambientais, geológicos e hidrológicos).

Os dados coletados foram repassados sistematicamente á Divisão de Hidrogeologia e Exploração da CPRM, em Fortaleza, para, após rigorosa anáise, alimentarem um banco de dados. Esses dados, devidamente consistidos e tratados, possibilitaram a elaboração de um mapa de pontos d'água, de cada um dos municípios inseridos na área de atuação do Projeto, cujas informações são complementadas por esta nota explicativa, visando um fácil manuseio e compreensão acessível a diferentes usuários.

Na elaboração dos mapas de pontos d'água, foram utilizados como base cartográfica os mapas municipais estatísticos em formato digital do IBGE (Censo 2000), elaborados a partir das cartas topográficas da SUDENE e DSG – escala 1:100.000, sobre os quais foram colocados os dados referentes aos poços e fontes naturais contidos no banco de dados. Os trabalhos de arte final e impressão dos mapas foram realizados com o aplicativo *CorelDraw*. A base estadual com os limites municipais foi cedida pelo IBGE.

Há municípios em que ocorrem alguns casos de poços plotados fora dos limites do mapa municipal. Tais casos ocorrem devido à imprecisão nos traçados desses limites, seja pela pequena escala do mapa fonte utilizado no banco de dados (1:250.000), seja por problemas ainda existentes na cartografia estadual, ou talvez devido a informações incorretas prestadas aos recenseadores ou, simplesmente, erro na obtenção das coordenadas.

Além desse produto impresso, todas as informações coligidas estão disponíveis em meio digital, através de um CD ROM, permitindo a sua contínua atualização.

4. CARACTERIZA ÇÃO DO MUNICÍPIO DE RIACHO DA CRUZ

4.1 - Localização e Acesso

O município de **Riacho da Cruz** situa-se na mesorregião Oeste Potiguar, limitando-se com os municípios de Ita ú Taboleiro Grande, Viçosa, Portalegre, Umarizal e Apodi, abrangendo uma área de 119 km², inseridos nas folhas Iracema (SB.24-X-C-V) e Apodi (SB.24-X-C-VI), na escala 1:100.000, editadas pela SUDENE.

A sede do município tem uma altitude média de 163 m e coordenadas 05°56'09,6" de latitude sul e 37°56'45,6" de longitude oeste, distando da capital cerca de 378 km, sendo seu acesso, a partir de Natal, efetuado através das rodovias pavimentadas BR-304, BR-405 E RN-177.

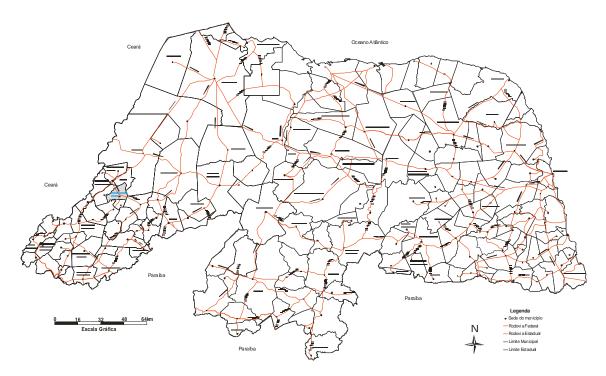


Figura 2 - Mapa de acesso rodoviário

4.2 - Aspectos Socioecon âmicos

O município de **Riacho da Cruz** foi criado pela Lei n° 2.764, de 09/05/1962, desmembrado de Portalegre.

Segundo o censo de 2000, a população total residente é de 2.667 habitantes, dos quais 1.371 são do sexo masculino (51,40%) e 1.296 do sexo feminino (48,60%), sendo que 2.169 vivem na área urbana (81,30%) e 498 na área rural (18,70%). A população atual estimada é de 2.735 habitantes (IBGE/2005). A densidade demogrática é de 22,41 hab/km².

A rede de sa úde disp ce de 01 Hospital, 01 Unidade Mista, 01 Centro de Sa úde, 01 Posto de Sa úde e 16 leitos. Na área educacional, o município possui 05 estabelecimentos de ensino, sendo: 01 do ensino préescolar, 03 do ensino fundamental e 01 do ensino médio. Da população total, 66,70% são alfabetizados.

O município possui 670 domicílios permanentes, sendo 554 na área urbana e 116 na área rural e 492 com abastecimento d'água através da rede geral, 114 através de poço ou nascente e 64 por outras fontes. Existem ainda 111 domicílios ligados à rede geral de esgotos.

As principais atividades econ ômicas são: agropecu ária, extrativismo e com ércio. Com relação à infra-estrutura, o município possui 01 Pensão, 01 Agência dos Correios, 02 agências bancárias, al ém de 122 empresas com CNPJ atuantes no com ércio varejista. (Fonte: IDEMA –2001).

No ranking de desenvolvimento, **Riacho da Cruz** está em 101º lugar no estado (101/167 municípios) e em 4.242º lugar no Brasil (4.242/5.561 municípios) Fonte: (www.desenvolvimentomunicipal.com.br).

O **IDH-M=0,624** (Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – www. FJP.gov.br/produtos/cees/idh/Atlas_idh.php).

4.3 - Aspectos Fisiográficos

Clima

Tipo: clima muito quente e semi-árido, com estação chuvosa atrasando-se para o outono.

Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea Diagnóstico do Municí pio de Riacho da Cruz Estado do Rio Grande do Norte

Precipitação Pluviom érica Anual: normal: 724,9 mm

observada: 1.198,0 mm desvio: 473,1 mm

Período Chuvoso: fevereiro a abril

Temperaturas Médias Anuais: máxima: 36,0 °C

média: 27,7 °C mínima: 21,0 °C

Umidade Relativa Média Anual: 70%

Horas de Insolação: 2.700

Formação Vegetal

Caatinga Hiperxer fila - vegeta ção de car áter mais seco, com abundância de cact áceas e plantas de porte mais baixo e espalhadas. Entre outras espécies destacam-se a jurema preta, mufumbo, faveleiro, marmeleiro, xique-xique e facheiro.

Solos

Solos predominantes e características principais:

Bruno Não Cácico - fertilidade natural média a alta, textura areno / argilosa e média argilosa, fase pedregosa, relevo suave ondulado, bem drenados, relativamente rasos.

Uso: praticamente não são cultivados. A maior parte da área está ocupada pela vegetação que é aproveitada com pecuária extensiva. Pequena parte é cultivada com algodão arbáreo, por vezes consorciado com milho e feijão e alguma cultura de palma forrageira.

A principal limitação ao uso agrícola destes solos diz respeito a falta d'água e susceptibilidade a erosão.

A utilização agrícola dos mesmos deve ser feita com culturas muito resistentes a um longo período de estiagem e culturas de ciclo bem curto, que possam produzir colheitas no curto período de chuvas. O controle da eros ão nestes solos deve ser intensivo. Para o aproveitamento com pecuária é necessário que se faça plantação de palma forrageira e capineiras irrigadas, para sustentar o gado no período seco.

Aptidão Agrícola: aptidão restrita para lavouras, aptidão regular e restrita para pastagem natural e apta para culturas especiais de ciclo longo (algodão arb reo, sisal, caju e coco).

Sistema de Manejo: baixo, médio e alto nível tecnológico. As práticas agrícolas podem estar condicionadas tanto ao trabalho braçal e a tração animal, com implementos agrícolas simples, como a motomecanização.

Relevo

De 100 a 200 metros de altitude.

Depressão Sertaneja - terrenos baixos situados entre as partes altas do Planalto da Borborema e da Chapada do Apodi

4.4 - Geologia

O município de **Riacho da Cruz** encontra-se inserido, geologicamente, na Província Borborema, sendo constituído pelos litotipos dos complexos Jaguaretama (PP2j) e Caicó(PP2cai), da suíte Calcialcalina de Médio a Alto Potássio Itaporanga (NP3/2cm), como pode ser observado na figura 3.

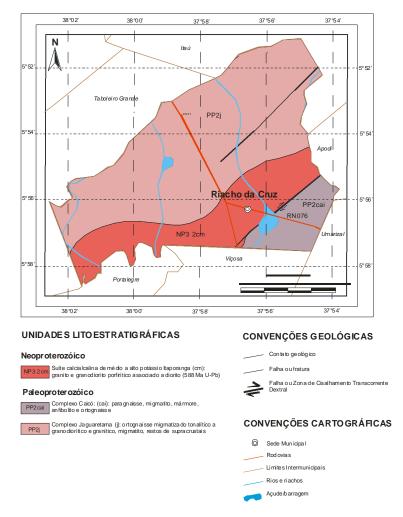


Figura 3 - Mapa Geológico

5. RECURSOS HÍDRICOS

5.1 - Águas Superficiais

O município de **Riacho da Cruz** encontra-se totalmente inserido nos domínios da bacia hidrográfica Apodi-Mossoró, sendo banhado apenas por cursos d'água secundários e de caráter intermitente, dos quais os principais são os riachos: dos Picos, Baixa do Arroz e da Sombra. Os principais a gudes do município são: Riacho da Cruz II (9.604.000m³/p úblico), alimentado pelo riacho dos Picos e Telha (1.023.000m³/p úblico), alimentado pelo riacho Baixa do Arroz. O padrão de drenagem é o dendrítico.

5.2 - Águas Subterrâneas

5.2.1 - Domínios Hidrogeológicos

O município de **Riacho da Cruz** estátotalmente inserido no Domínio Hidrogeol ágico Fissural. O Domínio Fissural é composto de rochas do embasamento cristalino que englobam o sub-domínio rochas metam áficas constituído do Complexo Caicó e do Complexo Jaguaretama e o sub-domínio rochas ígneas da Suíte calcialcalina Itaporanga.

6. DIAGN ÓSTICO DOS PO ÇOS CADASTRADOS

O levantamento realizado no município registrou a existência de 14 pontos d'água, sendo todos po cos tubulares, conforme mostra a fig.6.1.

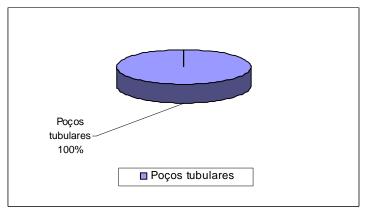


Fig.6.1 - Tipos de pontos d'água cadastrados no município

Com relação à propriedade dos terrenos onde estão localizados os pontos d'água cadastrados, podemos ter: terrenos públicos, quando os terrenos forem de serventia pública e; particulares, quando forem de uso privado. Conforme ilustrado na fig.6.2, existem 14 pontos d'água em terrenos particulares.

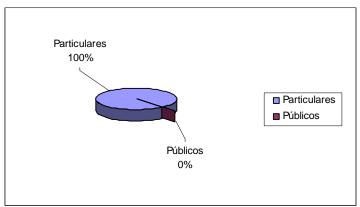


Fig.6.2 –Natureza da propriedade dos terrenos onde existem po cos tubulares.

Quanto ao tipo de abastecimento a que se destina o uso da água, os pontos cadastrados foram classificados em: *comunitários*, quando atendem a várias famílias e; *particulares*, quando atendem apenas ao seu proprietário. A fig.6.3 mostra que 03 pontos d'água destinam-se ao atendimento comunitário e 11 pontos não tiveram a finalidade do abastecimento definida.

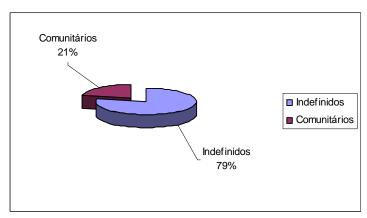


Fig.6.3 - Finalidade do abastecimento dos pocos.

Quatro situações distintas foram identificadas na data da visita de campo: poços em operação, paralisados, não instalados e abandonados. Os poços em operação são aqueles que funcionavam normalmente. Os paralisados estavam sem funcionar temporariamente devido a problemas relacionados à manutenção ou quebra de equipamentos. Os não instalados representam aqueles poços que foram perfurados, tiveram um resultado positivo, mas não foram ainda equipados com sistemas de bombeamento e distribuição. E por fim, os abandonados, que incluem poços secos e poços obstruídos, representam os poços que não apresentam possibilidade de produção.

A situação dessas obras, levando-se em conta seu caráter público ou particular, éapresentada em números absolutos no quadro 6.1 e em termos percentuais na fig.6.4.

Quadro 6.1 –Situação dos po cadastrados conforme a finalidade do uso

Natureza do Poço	Abandonado	Em Operação	Não Instalado	Paralisado	Indefinido
Comunitário	-	3	-	-	-
Particular	-	-	-	-	-
Indefinido	-	8	1	2	-
Total	-	11	1	2	-

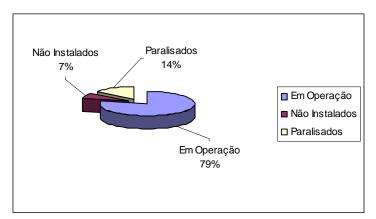


Fig.6.4 - Situação dos po cos cadastrados

Em relação ao uso da água, 33% dos pontos cadastrados são destinados ao consumo dom éstico primário (água de consumo humano para beber), 29% são utilizados para o consumo dom éstico secundário (água de consumo humano para uso geral) e 38% para dessedentação animal, conforme mostra a fig.6.5.

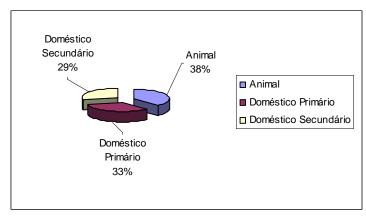


Fig.6.5 - Uso da água

A fig.6.6 mostra a relação entre os poços tubulares atualmente em operação e os poços inativos (paralisados e não instalados) que são passíveis de entrar em funcionamento.

Verificou-se a existência de 03 poços particulares não instalados ou paralisados e, portanto, passíveis de entrar em funcionamento, podendo vir a somar suas descargas àquelas dos 11 poços que estão em operação.

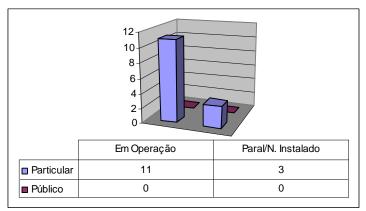


Fig.6.6 - Relação entre poços em uso e desativados

Com relação à fonte de energia utilizada nos sistemas de bombeamento dos poços, a fig.6.7 mostra que nenhum poço utiliza energia el étrica, enquanto 12 poços particulares utilizam outras formas de energia.

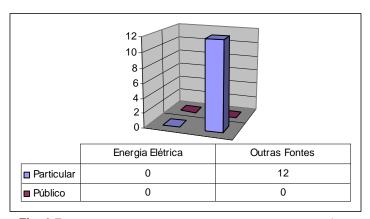


Fig. 6.7 - Tipo de energia utilizada no bombeamento d'água

6.1 - Aspectos Qualitativos

Com relação à qualidade das águas dos pontos cadastrados, foram realizadas *in loco* medidas de condutividade el átrica, que éa capacidade de uma substância conduzir a corrente el átrica estando diretamente ligada ao teor de sais dissolvidos sob a forma de íons.

Na maioria das águas subterrâneas naturais, a condutividade el átrica multiplicada por um fator, que varia entre 0,55 a 0,75, gera uma boa estimativa dos sáldos totais dissolvidos (STD) na água. Para as águas subterrâneas analisadas, a condutividade el átrica multiplicada pelo fator 0,65 fornece o teor de sáldos dissolvidos.

Conforme a Portaria nº 1.469/FUNASA, que estabelece os padrões de potabilidade da água para consumo humano, o valor máximo permitido para os sáidos dissolvidos (STD) é 1000 mg/./ Teores elevados deste parâmetro indicam que a água tem sabor desagradável, podendo causar problemas digestivos, principalmente nas crianças, e danifica as redes de distribuição.

Para efeito de classificação das águas dos pontos cadastrados no município, foram considerados os seguintes intervalos de STD (S didos Totais Dissolvidos):

0 a	500 mg//	água doce
501 a	1.500 mg//	água salobra
>	1.500 mg//	água salgada

Foram coletadas e analisadas amostras d'água de 13 poços tubulares. Os resultados das anáises mostraram valores oscilando de 319,15 e 91520,00 mg/, com valor médio de 8416,60 mg/. Observando o quadro 6.2 e a fig.6.8, que ilustra a classificação das águas subterrâneas no município, verifica-se a predominância de águas salobras e salinas, com 76,90% dos poços amostrados.

Quadro 6.2 – Qualidade das águas subterrâneas no município conforme a situação do po co

Qualidade da água	Em Uso	Não Instalado	Paralisado	Indefinido	Total
Doce	2	-	1	-	3
Salobra	3	-	-	-	3
Salina	6	1	-	-	7
Total	11	1	1	0	13

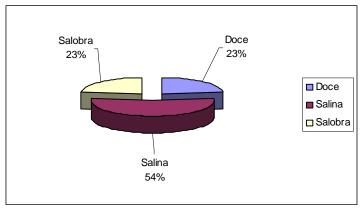


Fig. 6 8 - Qualidade das águas subterrâneas do município.

7. CONCLUS ŒS E RECOMENDA ÇŒS

A análise dos dados referentes ao cadastramento de pontos d´água executado no município permitiu estabelecer as seguintes conclus es:

 A situação atual dos poços tubulares existentes no município é apresentada no quadro 7.1 a seguir:

Quadro 7.1 – Situação atual dos pocos cadastrados no município.

Natureza do Poço	Abandonado	Em Operação	Não Instalado	Paralisado	Indefinido	Total
Público	-	-	-	-	-	0 (0%)
Particular	-	11 (79%)	1 (7%)	2 (14%)	-	14 (100%)
Indefinido	-	-	-	-	-	0 (0%)
Total	-	11 (79%)	1 (7%)	2 (14%)	-	14 (100%)

- Os 14 pontos d'água cadastrados são todos pogos tubulares, sendo que 11 (79,00%) encontram-se em operação. Os 03 pontos restantes (21,00%) incluem os não instalados e os paralisados, por motivos os mais diversos. Estes pogos representam uma reserva potencial substancial, que pode vir a reforçar o abastecimento no município se, após uma análise técnica apurada, forem considerados aptos à recuperação e/ou instalação. Cabe à administração municipal promover ou articular o processo de análise desses pogos, podendo aumentar substancialmente a oferta hídrica no município.
- Foram feitos testes de condutividade em 13 amostras d'água (92,90% dos poços cadastrados), das quais, 10 apresentaram águas salobras ou salgadas (76,90%), evidenciando a necessidade de intervenção do poder público, principalmente no que concerne aos poços comunitários, visando a instalação de dessalinizadores, para melhoria da qualidade da água oferecida à população e redução dos riscos à sa úde existentes.
- Po cos paralisados ou não instalados em virtude da alta salinidade e que possam ter uso comunitário, também devem ser analisados em detalhe (vazão, an dise físico-química, no de famílias atendidas, etc) para verificação da viabilidade da instalação de equipamentos de dessalinização.
- Com relação ao item anterior, deve ser analisada a possibilidade de treinamento de moradores das proximidades dos poços, para manutenção de bombas e dessalinizadores em caso de pequenos defeitos, ou ainda, para serem os responsáveis por fazer a comunicação à Prefeitura Municipal, em caso de problemas mais graves, para que sejam tomadas ou articuladas as medidas cabíveis.
- Importante chamar a atenção para o lançamento inadequado dos rejeitos dos dessalinizadores (geralmente direto no solo). Énecessário que as prefeituras se empenhem no sentido de dotar os poços equipados com dessalinizadores, de um receptáculo adequado, evitando a poluição do aqüífero e a salinização do solo.
- Todos os poços deveriam sofrer manutenção periódica para assegurar o seu pleno funcionamento, principalmente em tempos de estiagem prolongada; por manutenção periódica entende-se um período, no mínimo anual, para retirada de equipamento do poço e sua manutenção e limpeza, além de limpeza do poço como um todo, possibilitando a recuperação ou manutenção das suas vazões originais.
- Para assegurar a boa qualidade da água, do ponto de vista bacteriológico, devem ser implantadas em todos os poços ativos e paralisados, passíveis de recuperação, medidas de proteção sanitária tais como: selo sanitário, tampa de proteção, limpeza permanente do terreno, cerca de proteção, etc. O que pode ser articulado entre a Prefeitura Municipal e a própria população beneficiária do poço. Quanto aos poços abandonados, devem ser tomadas medidas de contenção, como a colocação de tampas soldadas ou aparafusadas, visando evitar a contaminação do lençol freático por queda acidental de pequenos animais e introdução de corpos estranhos, especialmente por crianças, fato muito comum nas áreas visitadas.

8. REFER ÊNCIAS BIBLIOGR ÁFICAS

ANU ÁRIO MINERAL BRASILEIRO, 2000. Brasília: DNPM, v.29, 2000. 401p.

BRASIL. MINIST ÉRIO DAS MINAS E ENERGIA. Secretaria de Minas e Metalurgia; CPRM – Serviço Geológico do Brasil [CD ROM] *Geologia, tectônica e recursos minerais do Brasil, Sistema de Informações Geográficas – SIG*. Mapas na escala 1:2.500.000. Brasília: CPRM, 2001. Disponível em 04 CD's.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Geografia do Brasil. Região Nordeste.* Rio de Janeiro: SERGRAF, 1977. Disponível em 1 CD.

FUNDA ÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Mapas Base dos municípios do Estado do Rio Grande do Norte.*

RODRIGUES E SILVA, Fernando Barreto; SANTOS, José Carlos Pereira dos; SILVA, Ademar Barros da et al [CD ROM] **Zoneamento Agroecológico do Nordeste do Brasil: diagnóstico e prognóstico**. Recife: Embrapa Solos. Petrolina: Semi-Árido, 2000. Disponível em 1 CD

Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea Diagnóstico do Municí pio de Riacho da Cruz Estado do Rio Grande do Norte

Δ	N	F	Y	<u></u>	1
$\overline{}$	w	_	л	u	

PLANILHA DE DADOS DAS FONTES DE ABASTECIMENTO

Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea Diagnóstico do Municí pio de Riacho da Cruz – Estado do Rio Grande do Norte

CÓDIGO	LOCALIDADE	LATITUDE	LONGITUDE	PONTO DE	NATUREZA	PROF.	VAZ ÃO	SITUAÇÃO	EQUIPAMENTO DF	FONTE	FINALIDADE	STD
POÇO	EGGNEIBNBE	S	W	ÁGUA	DO TERRENO	(m)	(L/h)	DO PO ÇO	BOMBEAMENTO	DE ENERGIA	DO USO	(mg/L)
CJ729	SITIO LAGOINHA	055514,5	375733,6	Poço tubular	Particular			Em Operação	Catavento		Doméstico Primário, Doméstico Secundário, Animal,	1123,2
CJ730	FAZENDA SANTA RITA	055551,1	375908,5	Poço tubular	Particular	53		Em Opera ção	Catavento		Doméstico Primário, Doméstico Secundário, Animal,	1826,5
CJ731	FAZ. SANTA RITA	055636,1	375910,7	Po	Particular			Em Operação	Catavento		Doméstico Primário,	3705
CJ732	FAZ. SANTA RITA	055635,4	375910,2	Poço tubular	Particular	52		Não Instalado	Não equipado		,	2808
CJ733	SITIO MELANCIA	055730,3	375954,4	Poço tubular	Particular			Paralisado	Catavento		,	
CJ734	SITIO CABACO	055750,0	380106,0	Po	Particular			Em Opera ção	Catavento		Doméstico Primário, Doméstico Secundário, Animal,	325
CJ735	SITIO BAIXA DO ARROZ	055609,1	380135,7	Po	Particular	56		Em Opera ção	Catavento		Doméstico Primário, Doméstico Secundário, Animal,	457,6
CJ736	SITIO SANTA CLARA	055447,3	380023,0	Poço tubular	Particular			Paralisado	Não equipado		Doméstico Primário,	319,15
CJ737	SITIO SAO PAULO	055641,6	375815,3	Poço tubular	Particular			Em Operação	Catavento		Doméstico Secundário, Animal,	1755
CJ738	SITIO GUARDADO	055626,8	375726,0	Poço tubular	Particular			Em Opera ção	Catavento		Doméstico Primário, Doméstico Secundário, Animal,	509,6
CJ739	FAZENDA CAJUAIS DE CIMA	055501,1	375436,1	Poço tubular	Particular	51		Em Operação	Catavento		Animal,	1618,5
CJ741	RIACHO DOS CAVALOS	055250,0	375623,4	Poço tubular	Particular			Em Opera ção	Catavento		Animal,	91520
CJ742	SITIO PEDRA DA ONCA	055703,6	375607,0	Poço tubular	Particular			Em Opera ção	Catavento		,	1075,75
CJ743	SITIO SAO GERALDO	055706,0	375616,7	Poço tubular	Particular			Em Opera ção	Catavento		,	2372,5

ANEXO 2

MAPA DE PONTOS DÁGUA